

Prova de conhecimentos específicos e gerais

Parte 1: Conhecimentos específicos

1) Segundo o artigo 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, são atribuições do Conselho Tutelar:

- I. Autorizar a formalização de pedido de adoção.
- II. Destituir tutela.
- III. Colocação em família substituta.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I, II e III.
- e) Nenhuma.

2) Diante de situações de violações dos direitos fundamentais, o Conselho Tutelar, no uso de suas atribuições, aplica medidas de proteção à criança e adolescente (ECA - artigo 101), dentre as quais:

- I. Requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico, em regime hospitalar ou ambulatorial.
- II. Cadastro de recém-nascidos para adoção.
- III. Inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a alcoólatras e toxicômanos.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III
- e) I, II e III.

3) A Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e, em seu artigo 1º, regulamenta a execução das:

- a) Medidas protetivas para crianças.
- b) Medidas protetivas para adolescentes.
- c) Medidas protetivas para crianças e adolescentes.
- d) Medidas socioeducativas.
- e) Medidas aplicáveis a pais e responsáveis.

4) O Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária é destinado à promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes:

- a) À vida.
- b) À educação.
- c) À liberdade.
- d) À saúde.
- e) À convivência familiar e comunitária.

5) De acordo com o artigo 10 do ECA, os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, são obrigados a:

- I. Manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, pelo prazo de doze anos.
- II. Fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- III. Manter alojamento separado, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe apenas nos horários de amamentação.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

6) O artigo 107 do ECA trata dos direitos individuais de adolescentes a quem se atribua a autoria de ato infracional. A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão incontinenti comunicados:

- a) Ao Conselho Tutelar para localização dos pais ou responsáveis.
- b) Ao Conselho Tutelar, que assinará Termo Circunstanciado de Ocorrência.
- c) À autoridade judiciária e ao Conselho Tutelar para aplicar medidas protetivas.
- d) À autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- e) À guarda municipal para localização dos pais ou responsáveis.

7) De acordo com o artigo 2º, III, da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/ 1993), a assistência social, dentre outros, tem por objetivo a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto:

- a) Das provisões socioterritoriais.
- b) Das provisões socioassistenciais.
- c) Das provisões socioeducativas.
- d) Das contingências sociais.
- e) Das políticas setoriais.

8) Segundo o artigo 56 do ECA, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de:

- I. Tráfico praticado por adolescentes dentro da escola.
- II. Elevados níveis de repetência.
- III. Indisciplina.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

9) O Plano Municipal para Infância e Adolescência – PMIA de São José dos Campos visa garantir o atendimento _____ e _____ à criança e ao adolescente nos serviços da rede de proteção social do município.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas corretamente.

- a) Prioritário/ integral.
- b) Secundário/ integral.
- c) Socioeducativo/ integral.
- d) Socioeducativo/ prioritário.
- e) Protetivo/ socioeducativo.

10) O artigo 1º do ECA define que a Lei Federal 8.069 dispõe sobre a:

- a) Proteção integral à criança e ao adolescente.
- b) Proteção especial à criança e ao adolescente.
- c) Proteção social básica.
- d) Proteção social especial.
- e) Proteção integral a pais ou responsáveis.

11) De acordo com o artigo 136 do ECA, são atribuições do Conselho Tutelar:

- I. Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente.
- II. Entregar cestas básicas a famílias necessitadas.
- III. Autorizar entrada e permanência de criança ou adolescente, desacompanhado dos pais ou responsável, em eventos.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) Nenhuma.

12) No artigo 9º do ECA é estabelecido que o poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno:

- a) Aos filhos de mães que não estejam em serviço de acolhimento institucional.
- b) Apenas aos filhos de mães adolescentes.
- c) Inclusive aos filhos de mães submetidas a medida privativa de liberdade.
- d) Apenas a filhos cujas mães estejam em liberdade e sem problemas com a Justiça.
- e) Apenas aos filhos de mães vítimas de violência doméstica.

13) Com relação à avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo prevista no §2º do artigo 18 da Lei nº 12.594, que institui o SINASE, o processo de avaliação deverá contar com a participação de representantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e _____.

Assinale a alternativa que preenche a lacuna corretamente.

- a) Dos Conselhos Tutelares.
- b) Da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB.
- c) Da Fundação Casa.
- d) Do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
- e) Da Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

14) Aplicar medidas de proteção à criança ou ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar é uma das atribuições do Conselho Tutelar presente no artigo 136 do ECA. Assinale a alternativa com uma ação da competência do Conselho Tutelar.

- a) Expedir termo de tutela para a família extensa.
- b) Afastar a criança ou adolescente do convívio familiar e encaminhar para serviço de medida socioeducativa em meio fechado.
- c) Afastar a criança ou adolescente do convívio familiar e encaminhar para adoção.
- d) Representar à autoridade judicial para requerer a concessão de medida protetiva de urgência à criança ou ao adolescente.
- e) Aplicar a medida de afastamento do agressor do lar com imediato cumprimento.

15) O artigo 87 do ECA estabelece as linhas de ação da política de atendimento. Assinale a alternativa que **não** apresenta uma linha de ação.

- a) Políticas sociais básicas.
- b) Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão.
- c) Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente.
- d) Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos.
- e) Municipalização do atendimento.

16) No Parágrafo Único do artigo 100 do ECA, estão elencados princípios que regem a aplicação das medidas. Assinale a alternativa que contém um desses princípios.

- a) Doutrina da situação irregular.
- b) Condição da criança e do adolescente como sujeitos de deveres.
- c) Interesse superior da criança e do adolescente.
- d) Irresponsabilidade parental.
- e) Intervenção máxima da autoridade judicial.

17) De acordo com o Plano Municipal para Infância e Adolescência – PMIA de São José dos Campos, o município possui uma rede socioassistencial organizada em proteção social básica e especial. A proteção social básica é destinada:

- a) A famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco.
- b) À prevenção de riscos sociais e pessoais.
- c) A famílias que tiveram seus direitos violados.
- d) A indivíduos que tiveram seus direitos violados.
- e) A indivíduos e famílias que tiveram seus direitos violados.

18) Assinale a alternativa que **não** corresponde a uma medida aplicável pelo Conselho Tutelar a pais ou responsável, conforme artigo 129 do ECA:

- a) Encaminhamento a serviços e programas oficiais ou comunitários de proteção, apoio e promoção da família.
- b) Encaminhamento a cursos ou programas de orientação.
- c) Obrigação de matricular o filho ou pupilo e acompanhar sua frequência e aproveitamento escolar.
- d) Obrigação de encaminhar a criança ou adolescente a tratamento especializado.
- e) Perda da guarda.

19) De acordo com o §2º do artigo 101 do ECA, sem prejuízo da tomada de medidas emergenciais para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual e das providências a que alude o art. 130, o afastamento da criança ou adolescente do convívio familiar é de competência exclusiva:

- a) Do Conselho Tutelar.
- b) Do dirigente do serviço de acolhimento.
- c) Da autoridade judiciária
- d) Do Ministério Público.
- e) Da Delegacia de Defesa da Mulher.

20) O artigo 4º da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei 8.742/1993) estabelece princípios que regem a assistência social. Dentre eles:

- I. Supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica.
- II. Universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas.
- III. Doação de cestas básicas para famílias cuja renda seja de até um salário mínimo.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) I e III.

21) Chegou ao Conselho Tutelar o caso de uma adolescente de 14 (quatorze) anos de idade que é vítima de violência doméstica e familiar. Em situações como essa, dentre outras atribuições descritas no artigo 136 do ECA, o Conselho Tutelar tem competência para:

- I. Fornecer subsídios por escrito ao delegado de polícia, mediante laudos, ou verbalmente e desenvolver trabalhos de aconselhamento, orientação, encaminhamento, prevenção e outros, tudo sob a imediata subordinação à autoridade judiciária.
- II. Adotar, na esfera de sua competência, ações articuladas e efetivas direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor.
- III. Representar ao Ministério Público para requerer a propositura de ação cautelar de antecipação de produção de prova.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

22) Assinale o que **não** é atribuição do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 136 do ECA.

- a) Receber e encaminhar, quando for o caso, as informações reveladas por noticiantes ou denunciante relativas à prática de violência, ao uso de tratamento cruel ou degradante ou de formas violentas de educação, correção ou disciplina contra a criança e o adolescente.
- b) Representar à autoridade judicial ou ao Ministério Público para requerer a concessão de medidas cautelares direta ou indiretamente relacionada à eficácia da proteção de noticiante ou denunciante de informações de crimes que envolvam violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- c) Representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- d) Representar à autoridade judicial ou policial para aplicação de medida socioeducativa a adolescente autor de ato infracional.
- e) Assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

23) Assinale a alternativa que corresponde a uma atribuição do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 136 do ECA.

- a) Expedir termo de guarda para família extensa realizar matrícula escolar.
- b) Expedir termo de responsabilidade para adolescente evadido da escola.
- c) Expedir termo de modificação de tutela ou guarda.
- d) Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- e) Registrar no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA, crianças e adolescentes em condições de serem adotados e pessoas interessadas na adoção.

24) O Conselho Tutelar atendeu uma mãe que relatou que sua filha de 12 anos de idade está com seus direitos fundamentais ameaçados de violação. Considerando os artigos 98 e 136 do ECA:

- a) O Conselho Tutelar não fará nada, pois age somente quando os direitos estão violados.
- b) O Conselho Tutelar encaminhará ao serviço de acolhimento institucional.
- c) O Conselho Tutelar aplicará medidas de proteção.
- d) O Conselho Tutelar encaminhará ao CREAS, órgão encarregado de aplicar medidas mediante situações de ameaça de violação.
- e) O Conselho Tutelar encaminhará à Delegacia, pois, como ameaça de violação caracteriza crime, é competência da autoridade policial.

25) De acordo com o artigo 83 do ECA, nenhuma criança ou adolescente menor de 16 (dezesseis) anos poderá viajar para fora da comarca onde reside desacompanhado dos pais ou dos responsáveis sem expressa autorização:

- a) Judicial.
- b) Do Conselho Tutelar.
- c) Do outro cônjuge.
- d) Da Defensoria Pública.
- e) Da Promotoria Pública.

26) Assinale a alternativa que se refere a uma atribuição do Conselho Tutelar, de acordo com o artigo 136 do ECA:

- a) Aplicar medida protetiva de suspensão ou destituição do poder familiar.
- b) Promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.
- c) Aplicar medida socioeducativa a criança autora de ato infracional.
- d) Aplicar medida socioeducativa a adolescente autor de ato infracional.
- e) Oferecer curador especial à criança ou adolescente, sempre que os interesses destes colidirem com os de seus pais ou responsáveis.

27) Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento expedida (§ 3º, Artigo 101):

- a) Pela autoridade judiciária.
- b) Pelo Conselho Tutelar.
- c) Pelo Ministério Público.
- d) Pela psicóloga do CREAS.
- e) Pela equipe técnica do Fórum.

28) São atribuições do Conselho Tutelar apresentadas no artigo 136 do ECA:

- I. Representar à autoridade judicial ou policial para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.
- II. Conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo de adolescente autor de ato infracional.
- III. Aplicar penalidades administrativas nos casos de infrações contra norma de proteção à criança ou adolescente.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas III.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

29) O artigo 111 do ECA elenca garantias processuais asseguradas ao adolescente autor de ato infracional. Assinale a alternativa que **não** corresponde a uma dessas garantias.

- a) Pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- b) Desigualdade na relação processual, não podendo confrontar-se com vítimas e testemunhas e nem produzir todas as provas necessárias à sua defesa.
- c) Defesa técnica por advogado.
- d) Assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados, na forma da lei.
- e) Direito de solicitar a presença de seus pais ou responsável em qualquer fase do procedimento.

30) De acordo com o artigo 54 do ECA é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente:

- I. Ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria.
- II. Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- III. Oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) I, II e III.

31) No artigo 134 do ECA estão assegurados direitos aos membros do Conselho Tutelar, dentre os quais:

- I. Aposentadoria por tempo de serviço.
- II. Licença-paternidade.
- III. Cobertura previdenciária.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) Nenhuma.

32) No artigo 16 do ECA, o direito à liberdade compreende alguns aspectos, dentre os quais:

- I. Participar da vida política, na forma da lei.
- II. Participar da vida familiar e comunitária, sem discriminação.
- III. Ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários de acordo com a decisão dos pais ou responsáveis.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

33) No artigo 94-A do ECA é determinado que as entidades, públicas ou privadas, que abriguem ou recepcionem crianças e adolescentes, ainda que em caráter temporário, devem ter, em seus quadros, profissionais capacitados a reconhecer e reportar suspeitas ou ocorrências de maus-tratos ao:

- a) Conselho Tutelar.
- b) Juiz da Vara da Infância e Juventude.
- c) Juiz da Vara de Família.
- d) Delegado de polícia.
- e) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

34) De acordo com o artigo 19-A do ECA, a gestante ou mãe que manifeste interesse em entregar seu filho para adoção, antes ou logo após o nascimento, será encaminhada:

- a) Ao Conselho Tutelar para aplicar medida de advertência à mãe.
- b) Ao Conselho Tutelar para aplicar medida de acolhimento institucional ao bebê.
- c) À Justiça da Infância e da Juventude.
- d) À Delegacia e responderá por abandono de incapaz.
- e) A serviço de acolhimento familiar.

35) É competência do Conselho Tutelar, de segundo o artigo 136 do ECA:

- a) Aplicar medida protetiva de acolhimento familiar para proteger todos os membros da família que são vítimas ou testemunhas de violência.
- b) Encaminhar a criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência a programa de adoção.
- c) Atender à criança e ao adolescente vítima ou testemunha de violência doméstica e familiar, ou submetido a tratamento cruel ou degradante ou a formas violentas de educação, correção ou disciplina, a seus familiares e a testemunhas, de forma a prover orientação e aconselhamento acerca de seus direitos e dos encaminhamentos necessários.
- d) Decretar a impossibilidade de manutenção da criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência na família de origem.
- e) Nenhuma das alternativas.

Parte 2: Conhecimentos gerais

36) O Parágrafo Único do artigo 57 da Lei Municipal 6.428/03 estabelece que a elaboração do Regimento Interno dos Conselhos Tutelares dar-se-á '*ad referendum*':

- a) Do Presidente do Conselho Tutelar.
- b) Do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
- c) Do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONDECA.
- d) Do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA
- e) Nenhuma das anteriores.

37) Assinale a alternativa que **não** corresponde a uma competência do CMDCA, de acordo com o artigo 23 da Lei Municipal 6.428/03.

- a) Sugerir as medidas de proteção à criança e ao adolescente em situação de risco, bem como traçar a política de subvenções a ser seguida pelo Município.
- b) Formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades e controlando as ações de execução.
- c) Opinar na formulação das políticas sociais especiais de interesse da criança, do adolescente e das famílias.
- d) Opinar sobre a destinação de recursos públicos para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.
- e) Deliberar sobre a conveniência e oportunidade de implementação de programas e serviços, bem como a criação de entidades governamentais ou a realização de consórcio intermunicipal regionalizado de atendimento.

38) Segundo o § Único do artigo 59 da Lei Municipal 6.428/03, as decisões do Conselho Tutelar serão tomadas por maioria de votos em reuniões ordinárias ou extraordinárias na forma a ser estabelecida pelo:

- a) Presidente do Conselho Tutelar.
- b) Secretário do Conselho Tutelar.
- c) Juiz da infância e juventude.
- d) Prefeito.
- e) Regimento Interno do Conselho.

39) Assinale a alternativa que **não** corresponde a um direito do artigo 5º da Constituição Federal de 1988:

- a) É garantido o direito de propriedade.
- b) É assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- c) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
- d) Todos podem reunir-se com armas em locais abertos ao público.
- e) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar.

40) De acordo com o artigo 22 da Lei Municipal 6.428/03, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, é um órgão:

- a) Deliberativo e controlador da política de atendimento.
- b) Deliberativo e executor da política de atendimento.
- c) Promotor e controlador da política de atendimento.
- d) Defensor e controlador da política de atendimento.
- e) Fiscalizador e executor da política de atendimento.

41) De acordo com o artigo 56 da Lei Municipal 6.428/03, ao membro do Conselho Tutelar:

- a) É permitido o exercício de qualquer outra atividade apenas se for no terceiro setor.
- b) É permitido o exercício em qualquer outra atividade pública, desde que seja em órgão governamental estadual.
- c) É permitido o exercício em qualquer outra atividade pública, desde que seja em órgão governamental federal.
- d) É vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- e) É facultativa a escolha de atuação em mais de um órgão integrante do poder público municipal.

42) A Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, em seu artigo 287, define que a política social do Município pressupõe programas com caráter _____ e _____, visando aos segmentos mais pauperizados da população em consonância à demanda do Município.

Assinale a alternativa que preenche as lacunas corretamente.

- a) Emergencial/ assistencial.
- b) Emergencial/ compensatório.
- c) Assistencial/ caritativo.
- d) Assistencial/ beneficiário.
- e) Caritativo/ compensatório.

43) De acordo com o artigo 62 da Lei Municipal 6.428/03, são deveres dos conselheiros tutelares:

- I. Manter conduta incompatível com o cargo.
- II. Comparecer eventualmente à sede do Conselho.
- III. Tratar com urbanidade todos os membros da comunidade e usuários de forma legal.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) I e II.
- e) II e III.

44) O artigo 65 da Lei Municipal 6.428/03 estabelece que os candidatos ao cargo de Conselheiro Tutelar só poderão promover sua inscrição no processo de escolha, mediante:

- I. Reconhecida inidoneidade moral.
- II. Idade superior a 18 anos.
- III. Comprovação de residência no Município há mais de 04 anos.

Está (ão) **incorreta (s)**:

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

45) Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar (Lei Municipal 6.428/03, artigo 75-A):

- I. Advertência.
- II. Suspensão do exercício da função.
- III. Destituição da função

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II
- d) II e III.
- e) I, II e III.

46) Assinale a alternativa que **não** corresponde ao que está estabelecido na Seção II da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, que trata de questões pertinentes à criança e adolescente (artigos 296 a 299).

- a) Cabe ao Poder Público incentivar o convívio da criança e do adolescente junto à família.
- b) Cabe ao Poder Público garantir assistência promocional às crianças e adolescentes cujos pais não reúnam condições para sua manutenção, através de ações próprias ou de convênios com entidades sociais particulares, empresas e fundações.
- c) Cabe ao Poder Público criar creches especiais para atender crianças portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, garantindo ações integradas com entidades sociais particulares especializadas.
- d) Cabe ao Poder Público criar e executar programa de atendimento à criança em situação de risco, que será definido em lei, em conjunto com entidades sociais e demais segmentos comunitários, bem como de prevenção e orientação contra drogas e álcool, encaminhando as denúncias na realização de atendimentos especializados às crianças e adolescentes.
- e) Cabe ao Poder Público criar e executar programa de atendimento à criança e adolescente ameaçado de morte, bem como à sua família, incluindo unidades de acolhimento familiar.

47) Segundo o inciso I, do artigo 5º da Constituição Federal de 1988, homens e mulheres:

- a) Devem ser tratados de acordo com as diferenças pertinentes a seu gênero.
- b) São iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- c) São desiguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.
- d) Não podem ter os mesmos direitos porque homens são mais fortes fisicamente.
- e) Não podem ter os mesmos direitos porque mulheres são frágeis emocionalmente.

48) O artigo 293 da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, estabelece que: cabe ao Poder Público promover programas educacionais voltados para a promoção e assistência das famílias, especialmente as de baixa renda, em parceria com outros órgãos não governamentais, tendo como princípios:

- I. A promoção da família através da organização e participação comunitária, de forma a influir no desenvolvimento das ações do Executivo e Legislativo.
- II. A assistência educativa e material às famílias de baixa renda em situações emergenciais e às vítimas de calamidades, principalmente no que diz respeito à alimentação, habitação e assistência médico-odontológica.
- III. A criação de programas de prevenção, imunização de rubéola, orientação e assistência social junto à família, maternidade e infância.

Está (ão) correta (s):

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) I e II.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

49) Segundo o artigo 286 da Lei Orgânica do Município de São José dos Campos, as atividades relacionadas com promoção social serão executadas pelo Município em parceria com as entidades sociais particulares, sempre com o acompanhamento do:

- a) Conselho Municipal de Promoção Social.
- b) Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.
- c) Conselho Municipal de Educação.
- d) Conselho Tutelar.
- e) Secretário de Apoio Social ao Cidadão.

50) No artigo 5º da Constituição é definida a garantia de inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade:

- a) Aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País.
- b) Aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País há mais de 10 anos.
- c) Apenas aos brasileiros natos.
- d) Aos brasileiros natos e aos estrangeiros naturalizados.
- e) Aos brasileiros residentes no Brasil e em outros países.